

ANEXO IX – CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E APORTE

ÍNDICE

1	DEFINIÇÕES.....	3
2	INTRODUÇÃO.....	3
3	APORTE	3
4	CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	3
5	CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA	6
6	CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL	7
7	REAJUSTES DOS COMPONENTES DE REMUNERAÇÃO.....	10
8	CONCLUSÃO SUBSTANCIAL E CONCLUSÃO PLENA.....	13
9	PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, DO APORTE E FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA E CONTA APORTE	16

1 DEFINIÇÕES

- 1.1 Os termos grafados em maiúsculas neste ANEXO terão o significado previsto no ANEXO XIII do CONTRATO.

2 INTRODUÇÃO

- 2.1A CONCESSIONÁRIA será remunerada pelo PODER CONCEDENTE através de (i) APORTE; (ii) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, que compreende a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL e a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e (iii) RECEITAS ACESSÓRIAS.
- 2.2Os investimentos para construção da infraestrutura completa da LINHA 16 serão remunerados pelo PODER CONCEDENTE através do APORTE e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos deste documento.
- 2.3O SERVIÇO (OPEX) será remunerado pelo PODER CONCEDENTE através da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, nos termos deste documento.
- 2.4As RECEITAS ACESSÓRIAS também serão uma fonte de remuneração da CONCESSIONÁRIA, que se dará através da exploração de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados não compreendidos nos SERVIÇOS, nos termos do CONTRATO.

3 APORTE

- 3.1 O APORTE será devido no momento da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, conforme documentação a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.
- 3.2 A parcela do APORTE correspondente a cada PACOTE DE INVESTIMENTOS será devida em parcela única, conforme indicado no ANEXO [•].A, no momento da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo pacote.
- 3.3O APORTE será pago por meio de recursos da CONTA APORTE, nos termos do item 9.

4 CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

- 4.1 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será paga mensalmente à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL para toda a extensão da LINHA 16 ou a partir da operação de trechos específicos em caso de operação comercial antecipada parcial, seguindo as premissas e definições deste documento e da seguinte fórmula:

$$CP_m = CPB_m + RTSQ_{m-1}$$

Onde,

CP_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga no mês “m”;

CPB_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês “m”; e

$RTSQ_{m-1}$ é REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO para o mês “m-1”.

4.2A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA deverá ser calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CPB_m = CPF_m \times (1 - OF - SA) + (CPV_m) \times (1 - OF - SA - DD_m)$$

Onde,

CPB_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês “m”;

CPF_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA a ser paga no mês “m”;

CPV_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL a ser paga no mês “m”;

OF é o desconto correspondente ao percentual de 1,90% (um vírgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO no mês “m”;

SA é o desconto correspondente ao percentual de 1,90% (um vírgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a título de custos com o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e com o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DA ABASP no mês “m”;

DD_m é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês “m”.

4.3 O DESCONTO DE DESEMPENHO será calculado nos termos na seguinte fórmula:

$$DD_m = 100\% - (90\% + 10\% \times IQS)$$

Onde,

DD_m é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês “m”; e

IQS é o INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, vigente para o mês, nos termos do ANEXO [•] e do CONTRATO.

4.4 Conforme disposto na Cláusula 20.1.10 do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reembolso das despesas relativas aos tributos incorridos na contratação do OPERADOR SUBCONTRATADO.

4.4.1 O REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO deverá ser constituído pelos tributos recolhidos incidentes sobre a receita do OPERADOR SUBCONTRATADO, nomeadamente o ICMS, o ISS, o PIS e o COFINS.

4.4.2 Até o 5º (quinto) dia do início de cada mês contratual, a CONCESSIONÁRIA enviará à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE os documentos comprobatórios relativos aos custos incorridos

com os tributos incidentes sobre os serviços subcontratados, que avaliará a documentação apresentada em até 5 (cinco) dias.

- 4.4.2.1 Até o fim do prazo previsto acima, o VERIFICADOR INDEPENDENTE analisará as informações recebidas da CONCESSIONÁRIA e enviará à ARTESP esta documentação e suas conclusões em formato de parecer, com a devida fundamentação e documentos complementares que considerar necessários.
- 4.4.2.2 A ARTESP deverá manifestar sua decisão final em até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, da qual a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer na forma dos mecanismos estabelecidos no CAPÍTULO XXIII do CONTRATO.
- 4.4.3 **Conforme disposto no item 4.1, o REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO** deverá compor o montante relativo à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser calculado no segundo mês subsequente à comprovação apresentada pela CONCESSIONÁRIA.
- 4.4.4 Caso haja a possibilidade de recuperação de créditos dos tributos relacionados às atividades do OPERADOR SUBCONTRATADO, a CONCESSIONÁRIA, ou o OPERADOR SUBCONTRATADO quando couber a ele o recolhimento do tributo, deverá empreender todas as medidas necessárias para sua efetivação, sendo certo que o REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO considerará apenas os tributos efetivamente recolhidos ao fisco, descontando-se eventuais créditos obtidos.
 - 4.4.4.1 A CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar que tomou todas as providências ao seu alcance, em âmbito administrativo e judicial, inclusive com a interposição de todos os recursos cabíveis, para recuperar os créditos tributários, conforme tais providências sejam cabíveis à luz da lei e/ou orientações normativas, posicionamentos doutrinários, pareceres da advocacia pública ou precedentes judiciais e administrativos vigentes.
 - 4.4.4.2 Caso a CONCESSIONÁRIA não empreenda as medidas necessárias, ou por qualquer motivo a ela atribuível não seja possível recuperar créditos dos tributos, a ARTESP poderá solicitar ao VERIFICADOR INDEPENDENTE a apuração do desconto do valor que seria deduzido do tributo do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.
 - 4.4.4.3 A dedução de que trata o item 4.4.4.2 será apurada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE anualmente, em até 30 (trinta) dias da conclusão de cada ano contratual e efetivada por meio das NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes, sendo lícito o desconto de até 5% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA de cada mês, até que o saldo da dedução seja integralmente quitado, sem qualquer reajuste.

4.5 A participação da CONCESSIONÁRIA nos custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e do SISTEMA DE ARRECAÇÃO ABASP corresponderá a 1,90%

ANEXO IX – CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E APORTE

(um vírgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, independentemente do valor real do rateio mensal dos custos de funcionamento e manutenção dos referidos sistemas de arrecadação.

4.6 Caso, por qualquer motivo, sejam necessários ajustes referentes aos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, especialmente aqueles relacionados ao INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, estes deverão ser objeto de compensação no âmbito da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à sua definição, salvo acordo em contrário entre as PARTES.

4.7 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será paga por meio de recursos da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do item 10.

5 CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA

5.1 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA será paga mensalmente à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE a partir da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL até a extinção do CONTRATO, a partir da APROVAÇÃO a ser emitida pela ARTESP, ressalvados os de antecipação do início da OPERAÇÃO COMERCIAL de trechos específicos.

5.2 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CPFLinha16_m = CPFLinha16 \times \frac{DDisp_m}{D_m}$$

Onde,

$CPFLinha16$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA integral, no valor de R\$ [•] ([•]), conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE;

$CPFLinha16_m$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, correspondente ao mês “m”;

$DDisp_m$ é o número de dias em que a LINHA 16 foi considerada disponível no mês “m”;

D_m é o número de dias totais no mês “m”.

5.3 Em caso de antecipação parcial da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA integral será proporcional aos EMPREENDIMENTOS compreendidos no trecho em operação, sem prejuízo do recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL.

5.4 A LINHA 16 deverá ser considerada disponível em cada dia quando os seguintes critérios forem atendidos:

- (i) Não houver interrupção do serviço por mais de 60 (sessenta) minutos em um período de operação comercial diário;
- (ii) Nenhuma ESTAÇÃO for fechada ao público por mais de 60 (sessenta) minutos em um período de operação comercial diário;

(iii) Ofertar menos de 80% (oitenta por cento) das viagens programadas para o dia;

5.4.1 A LINHA 16 não deverá ser considerada indisponível caso a CONCESSIONÁRIA não puder cumprir as condições indicadas no item 5.4 por motivos que não sejam a ela imputáveis, tais como:

- a. Caso fortuito ou força maior;
- b. Interrupções ou reduções de serviço devido a atividades de manutenção programada, previamente acordadas e comunicadas ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS;
- c. Atos de vandalismo ou sabotagem, tais como danos intencionais à infraestrutura do sistema, incluindo trilhos, estações, trens e sistemas de sinalização, causados por terceiros;
- d. Acidentes externos que afetem a integridade física da infraestrutura ou a segurança da operação do sistema.
- e. Danos causados por eventos climáticos meteorológicos e hidrológicos extremos como terremotos, furacões, tornados e inundações;
- f. Interrupção do fornecimento de energia elétrica para as operações do sistema de tração ou ESTAÇÕES;
- g. Greves ou paralisações trabalhistas decretadas por sindicatos das categorias profissionais envolvidas;
- h. Pandemias ou endemias oficialmente declaradas pelas autoridades públicas competentes.

5.4.2 Em qualquer hipótese de indisponibilidade da LINHA 16, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, de forma detalhada e fundamentada, a justificativa para a indisponibilidade ocorrida. Tal justificativa deverá ser encaminhada ao VERIFICADOR INDEPENDENTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o início da indisponibilidade.

5.4.3 O VERIFICADOR INDEPENDENTE avaliará o pleito de indisponibilidade apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 5 (cinco) dias de sua apresentação, verificando a adequação da justificativa e a conformidade com os critérios aplicáveis e deverá informar à ARTESP os resultados de sua avaliação, para fins de consideração nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO.

5.5 Caso haja atraso no início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível à CONCESSIONÁRIA, esta somente terá direito ao recebimento da CPFLinha16 correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.

5.6 Caso haja atraso no início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPFLinha16 correspondente quando do efetivo início, acrescida de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data em que teria iniciado a ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, não fosse o atraso atribuível ao PODER CONCEDENTE, e até a data do efetivo pagamento.

6 CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL

Apuração da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL

6.1 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL (CPV) será paga mensalmente à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL para toda a extensão da LINHA 16 até a extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, a partir da APROVAÇÃO a ser emitida pela ARTESP, ressalvados os casos de antecipação da OPERAÇÃO COMERCIAL para determinados trechos.

6.2 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CPV_m = CCKM_m$$

Onde:

CPV_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL correspondente ao mês contratual “m”;

$CCKM_m$ é a CONTRAPRESTAÇÃO CARRO KM correspondente ao mês “m”.

6.3 A CONTRAPRESTAÇÃO CARRO KM deverá ser calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CCKM_m = PUKM1_m \times CKM16_m$$

Onde,

$CCKM_m$ é a CONTRAPRESTAÇÃO CARRO KM correspondente ao mês “m”;

$PUKM1_m$ é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido no mês “m”;

$CKM16_m$ são os CARRO X KM DE SERVIÇOS percorridos no mês “m”.

6.4 O PREÇO UNITÁRIO CARRO KM tem o valor de R\$ [•] ([•]), conforme o valor da PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE.

6.5 Caso haja atraso no início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível à CONCESSIONÁRIA, esta somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.

6.6 Caso haja atraso no início da FASE PRÉ-OPERACIONAL atribuível ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, acrescida de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data em que teria iniciado a FASE PRÉ-OPERACIONAL, não fosse o atraso atribuível ao PODER CONCEDENTE, e até a data do efetivo pagamento.

6.6.1 O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA deverá fazer jus será aquele definido nos termos deste ANEXO, sendo certo que, para que os cálculos sejam realizados, a CONCESSIONÁRIA deverá ter empreendido todas as medidas necessárias para gerar os dados necessários para calcular a CPV.

Cálculo dos Carros x Quilômetros de Serviço (CKM)

6.7 O Cálculo dos CARROS X QUILOMETROS DE SERVIÇO deverá considerar as seguintes variáveis: (i) a extensão da LINHA 16; (ii) o número total de viagens realizadas mensalmente pelos trens; e (iii) o número de carros de cada trem.

6.7.1.1 O programa SIGO – Sistema Informatizado de Gestão da Operação, disciplinado no ANEXO III.A, deverá registrar todas as viagens, sejam elas realizadas integralmente ou parcialmente, as respectivas distâncias (em quilômetros), bem como o número de carros utilizados em cada uma das viagens. Para fins de cálculo do CKM, deverão ser considerados os veículos com a capacidade (oferta de lugares) especificada no PLANO DE OFERTA DE LUGARES.

6.7.2 Ao final de cada mês, o SIGO deverá ser capaz de registrar o total de viagens comerciais realizadas e as respectivas distâncias (km) e número de carros disponibilizados, gerando, assim, o CKM referente ao serviço.

6.7.3 Para fins do cálculo da CKM, a extensão entre as ESTAÇÕES, em função dos SERVIÇOS a serem implantados, é a seguinte:

Extensão entre Estações	Distâncias (km)
Teodoro Sampaio – Oscar Freire	1,660
Oscar Freire – Nove de Julho	1,282
Nove de Julho – Jardim Paulista	0,714
Jardim Paulista – Parque Ibirapuera	0,584
Parque Ibirapuera – Dante Pazzanese	1,008
Dante Pazzanese – Ana Rosa	0,708
Ana Rosa – Parque Aclimação	1,300
Parque Aclimação – Parque Independência	1,418
Parque Independência – São Carlos	1,069
São Carlos – Paes de Barros	1,003
Paes de Barros – Vila Bertioga	0,633
Vila Bertioga – Álvaro Ramos	1,258
Álvaro Ramos – Regente Feijó	0,964
Regente Feijó – Anália Franco	1,030
Anália Franco – Abel Ferreira	0,706

Tabela 1 - Extensão entre Estações

6.7.3.1 Na hipótese de incorporação de extensões à LINHA 16 não originalmente prevista do CONTRATO, o termo aditivo modificativo que prever a ampliação também aditará a tabela acima para incluir a extensão entre estações e distâncias para os novos trechos operados, a fim de permitir a atualização da CKM, salvo previsão diversa no referido instrumento.

- 6.7.3.2 A extensão referida na tabela acima deverá ser atualizada pela ARTESP uma vez implantado o SIGO e sempre que novas extensões forem incorporadas à CONCESSÃO, de forma a guardar coerência entre a extensão da LINHA 16 e o cálculo da CKM.

7 REAJUSTES DOS COMPONENTES DE REMUNERAÇÃO

- 7.1 Os Reajustes de Remuneração estão divididos nos componentes (i) APORTE; (ii) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e (iii) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL.

- 7.2 O primeiro reajuste dos componentes da remuneração será realizado na DATA DE EFICÁCIA, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.

- 7.3 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto neste item, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.

- 7.4 Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto neste item, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.

- 7.4.1 Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença, a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência, e efetuando-se o pagamento à CONCESSIONÁRIA da diferença calculada a seu favor, ou o desconto da diferença calculada a favor do PODER CONCEDENTE, no mês subsequente.

- 7.5 Na eventualidade de algum dos elementos do índice de reajuste previsto neste item 8 deixar de existir, a ARTESP passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.

- 7.5.1 Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

Arredondamento dos cálculos

- 7.6 Para efeitos de reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, os valores serão calculados com 4 (quatro) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:

- 7.6.1 Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 7.6.2 Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Aplicação dos reajustes

7.7 O cálculo do reajuste será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à ARTESP com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.

7.7.1 A ARTESP poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 7.7 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.

7.7.1.1 O reajuste será efetivado pela CONCESSIONÁRIA nos termos da determinação da ARTESP, sendo certo que, caso discorde de referida determinação, a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia disciplinados no Capítulo XXIII do CONTRATO.

7.7.2 Caso a ARTESP não se manifeste sobre o cálculo referido no item 7.7 até a data do reajuste, será aplicado automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação da ARTESP, quando então far-se-á o eventual desconto ou majoração, na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou no APORTE subsequente, de eventuais valores que tenham sido recebidos a maior ou a menor pela CONCESSIONÁRIA.

7.7.2.1 Na hipótese do item acima, a ARTESP poderá decidir por realizar os descontos ou majorações nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes em única ou múltiplas parcelas, dentro do ano calendário de aplicação do reajuste, observando-se a solvência e a liquidez da CONCESSIONÁRIA, bem como as obrigações nos financiamentos por ela contratados.

7.8 A ARTESP somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou do APORTE se demonstrar, fundamentadamente, que:

- (i) Houve erro no cálculo realizado pela CONCESSIONÁRIA para alcançar o valor reajustado dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou do APORTE, hipótese em que a ARTESP determinará a correção do cálculo pela CONCESSIONÁRIA nos termos do item 7.7.1, que poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia disciplinados no Capítulo XXIII do CONTRATO; ou
- (ii) O período para a aplicação do reajuste não se completou.

Reajuste do Aporte

ANEXO IX – CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E APORTE

7.9 O APORTE será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação dos índices abaixo referidos ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, que incidirá na parcela correspondente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos da seguinte fórmula:

$$AP_{i-n} = AP_{i-db} \times \left[1 + \left(30\% \times \left(\frac{INCC_n}{INCC_{db}} - 1 \right) + 70\% \times \left(\frac{IPCA_n}{IPCA_{db}} - 1 \right) \right) \right]$$

Onde,

AP_{i-n} = é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS “i” válido durante o ano contratual n;

AP_{i-db} = é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS “i” à DATA BASE;

$IPCA_n$ = é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE;

$IPCA_{db}$ = é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE;

$INCC_n$ = é o número índice do INCC correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE; e

$INCC_{db}$ = é o número índice do INCC correspondente à DATA BASE.

Reajuste da Contraprestação Pecuniária

7.10 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA (CPF) será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do ÍNDICE ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, nos termos da seguinte fórmula , nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF_n = CPF_{db} \times \left(\frac{IPCA_n}{IPCA_{db}} \right)$$

[A Acciona deverá revisar a fórmula acima, se necessário. Essa é a da Linha 14 (Greenfield)]

Onde,

CPF_n é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA válida durante o ano contratual “n”;

CPF_{db} é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA na DATA BASE;

$IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e

$IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

Reajuste da Contraprestação Pecuniária Variável

7.11 O PREÇO UNITÁRIO CARRO KM será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, nos termos da seguinte fórmula:

$$PUKM_n = PUKM_{db} \times \left(\frac{IPCA_n}{IPCA_{db}} \right)$$

Onde,

$PUKM_n$ = é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido durante o ano contratual “n”;

$PUKM_{db}$ = é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM, na DATA BASE;

$IPCA_n$ = é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL; e

$IPCA_{db}$ = é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

8 CONCLUSÃO SUBSTANCIAL E CONCLUSÃO PLENA

8.1 Após a conclusão dos EMPREENDIMENTOS com a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou a CONCLUSÃO PLENA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar à ARTESP, bem como à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.

8.1.1 A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO será responsável por emitir a CERTIFICAÇÃO da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS OBRA e o AUDITOR INDEPENDENTE será responsável por emitir a APROVAÇÃO dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE.

8.1.2 A NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO incluirá relatório de medição a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter (i) a descrição do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(s) concluídos(s); (ii) a declaração, a ser emitida pelo responsável técnico, sobre o cumprimento das especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS, das normas nacionais e internacionais, e das normas técnicas e métodos aplicáveis; e (iii) os montantes considerados devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO [•].A.

8.1.3 Até o 5º (quinto) útil de cada mês calendário, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar à ARTESP e à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, documento contendo a lista de PACOTES DE INVESTIMENTOS que pretende incluir na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO a ser enviada no mês subsequente, bem como quaisquer informações adicionais que julgue pertinentes.

- 8.1.3.1 A ARTESP, o AUDITOR INDEPENDENTE e a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO poderão solicitar informações sobre os PACOTES DE INVESTIMENTOS listados no documento indicado no item [8.1.3](#) à CONCESSIONÁRIA a fim de antecipar análises e planejar os procedimentos de verificação que subsidiarão a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
- 8.1.3.2 O processo de que trata o item [8.1.3.1](#) não impactará, em qualquer medida, a prerrogativa de a CONCESSIONÁRIA enviar a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO contemplando os PACOTES DE INVESTIMENTOS indicados no documento de que trata o item [8.1.3](#), nem o prazo para a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que consta no item [8.2](#).
- 8.2 Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO emitida pela CONCESSIONÁRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, remeterá à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, no prazo de até 15 (quinze) dias, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que contenha o laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO.
- 8.2.1 O laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO deve incluir (i) relatório de fiscalização com o detalhamento do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(S) concluído(s); (ii) a atestação de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, de CONCLUSÃO PLENA, ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, e (iii) os montantes devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO [•].A.
- 8.2.2 Em caso de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, deverá encaminhar relatório de fiscalização parcial à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, com a indicação de possíveis alternativas para saneamento das inconformidades, sem prejuízo da discricionariedade da CONCESSIONÁRIA na escolha da forma de saneamento, desde que permitidos nos termos do CONTRATO.
- 8.2.3 A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as inconformidades apontadas pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, reiniciando o procedimento previsto no item [8.1](#) e seguintes.
- 8.3 Em até 30 (trinta) dias do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, emitida pelo AUDITOR INDEPENDENTE ou pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, a ARTESP poderá indicar inconformidades relativas ao(s) PACOTES(s) DE INVESTIMENTO(s), devendo enviá-los para consideração do agente emissor da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
- 8.3.1 Quando a ARTESP não identificar inconformidades no âmbito da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, ela deverá emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE APORTE em até 5 (cinco) dias do fim do prazo disposto no item [8.3](#).

- 8.3.2 Os apontamentos da ARTESP deverão ser respondidos pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias de seu recebimento.
- 8.3.3 Em até 15 (quinze) dias da resposta da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, a ARTESP emitirá decisão final fundamentada em aspectos técnicos, contratuais e/ou na resposta que receber do agente competente e prevalece, para todos os efeitos, sobre as conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.
- 8.3.3.1 Caso, no âmbito da decisão final descrita no item [8.3.3](#), a ARTESP entenda que não restam inconformidades em relação aos respectivos PACOTES DE INVESTIMENTOS, ela deverá emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE APORTE no prazo de 5 (cinco) dias da referida decisão.
- 8.3.4 Caso a ARTESP deixe de se manifestar ao final dos prazos dispostos nos itens [8.3](#) ou [8.3.3](#), as conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE constantes da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO produzirão, provisoriamente e observado o disposto no item [8.3.5](#), os efeitos correspondentes, nomeadamente o direito ao recebimento do APORTE, conforme aplicável.
- 8.3.5 A ARTESP, no período de até 1 (um) ano da emissão da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, poderá se manifestar ou exercer nova fiscalização a fim de constatar irregularidades ou vícios não identificados, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação de eventuais irregularidades constatadas.
- 8.3.5.1 Caso a ARTESP entenda que a CONCLUSÃO PLENA ou a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS não fora cumprida inicialmente, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, exclusivamente relacionado ao APORTE, deverá ser apurado pela ARTESP, na forma do item [8.3.5.3](#) (“VALOR DE AJUSTE DO APORTE”).
- 8.3.5.2 O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado do montante aplicável à NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à fiscalização que tenha atestado a correção das inconformidades que geraram o referido ajuste.
- 8.3.5.3 O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da TAXA SELIC sobre o valor do APORTE relacionado ao respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS que tenha sido objeto de contestação após a avaliação da ARTESP, considerando o período entre o pagamento do APORTE e a data da emissão da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à fiscalização que tenha atestado a correção das inconformidades que geraram o referido ajuste.

8.3.5.4 A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pela ARTESP dentro do prazo afixado para correção, sob pena de aplicação das sanções correspondentes, conforme ANEXO V, sem prejuízo à discricionariedade da CONCESSIONÁRIA na escolha da forma de saneamento, desde que permitida nos termos do CONTRATO.

8.3.6 O cumprimento do disposto no item [8.3.5](#) não impactará a emissão de nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO ou NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO.

8.4 Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados no CAPÍTULO XXIII do CONTRATO.

9 PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, DO APORTE E FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA E CONTA APORTE

Retenção de recursos decorrente de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL

9.1 Caso a ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, serão retidos 10% (dez por cento) do valor da correspondente parcela do APORTE até que seja atestada sua CONCLUSÃO PLENA.

9.1.1 O valor de retenção indicado no item [9.1](#) acima permanecerá reservado na CONTA CENTRALIZADORA até que a ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, sendo certo que a CONCESSIONÁRIA fará jus à correção monetária pela variação do IPCA desde data do ateste da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL até o ateste da CONCLUSÃO PLENA.

9.1.1.1 Na hipótese de atraso na emissão do atestado da CONCLUSÃO PLENA pela ARTESP, por motivo atribuível à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, o instrumento pactuado entre eles e CONCESSIONÁRIA, poderá prever a aplicação de multas e encargos próprios, não sendo o PODER CONCEDENTE responsável por quitar estes valores.

9.1.2 Quando da atestação da CONCLUSÃO PLENA, os valores reservados nos termos do item [9.1](#) acima, relativos ao correspondente PACOTE DE INVESTIMENTOS, serão transferidos da CONTA CENTRALIZADORA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA por ocasião das movimentações decorrentes da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente.

Contrato de Administração de Contas

9.2A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar minuta do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA e da CONTA APORTE a ser celebrado entre o BANCO DEPOSITÁRIO, a CONCESSIONÁRIA, a ARTESP e o PODER CONCEDENTE, com base nas regras gerais previstas nessa cláusula, e submetê-lo à prévia anuência da ARTESP em até 15 (quinze) dias da DATA DE EFICÁCIA.

9.3A ARTESP terá 15 (quinze) dias do recebimento para avaliá-la e anuir com seu conteúdo, ou demandar eventuais alterações necessárias para o alinhamento entre as regras dispostas neste ANEXO e a referida minuta, que deverão ser implementadas pela CONCESSIONÁRIA em até 10 (dez) dias do retorno da ARTESP.

9.4O contrato de administração de contas deverá ser celebrado em até 60 (sessenta) dias do início da FASE DE CONSTRUÇÃO.

Regras gerais para abertura da CONTA CENTRALIZADORA e CONTA APORTE

9.5A CONTA CENTRALIZADORA e a CONTA APORTE, ambas de titularidade do PODER CONCEDENTE, deverão ser abertas e mantidas às expensas da CONCESSIONÁRIA.

9.5.1 A CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com os encargos e as taxas relacionados à atuação do BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.

9.5.2 A CONTA APORTE e a CONTA CENTRALIZADORA deverão ser abertas até a DATA DE EFICÁCIA e serem mantidas durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, conforme cláusula 5.2 do CONTRATO.

9.6A CONTA APORTE e a CONTA CENTRALIZADORA terão movimentação restrita às destinações e vinculações previstas no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo o BANCO DEPOSITÁRIO realizar qualquer movimentação em desacordo com o previsto no contrato de administração de contas.

9.6.1 A CONTA APORTE e a CONTA CENTRALIZADORA receberão exclusivamente os depósitos que lhe são atribuídos no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo outros valores serem destinados, a qualquer título, à CONTA APORTE e à CONTA CENTRALIZADORA.

9.7Para todos os efeitos legais, as PARTES reconhecem que os recursos depositados na CONTA APORTE e na CONTA CENTRALIZADORA somente poderão ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos deste ANEXO.

9.8A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários, que lhe couberem, para promover e efetivar a abertura da CONTA APORTE e da CONTA CENTRALIZADORA junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições do CONTRATO e deste ANEXO.

9.8.1 A ARTESP deverá tomar todas as medidas que lhe cabem para viabilizar a abertura da CONTA APORTE e da CONTA CENTRALIZADORA, incluindo: (i) o fornecimento de documentos e

ANEXO IX – CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E APORTE

informações; (ii) a participação, por meio de seus representantes, em reuniões com o BANCO DEPOSITÁRIO; e (iii) a realização de quaisquer outras providências que sejam requeridas para abertura da CONTA APORTE e da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO, devendo emendar seus melhores esforços para garantir que a abertura das contas ocorra de maneira tempestiva e eficiente.

- 9.8.2 As PARTES se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO para movimentação da CONTA APORTE e da CONTA CENTRALIZADORA em desconformidade com o CONTRATO.
- 9.8.3 O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações do CONTRATO e deste ANEXO.
- 9.8.4 O PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações da CONTA APORTE e da CONTA CENTRALIZADORA.
- 9.8.5 Sempre que solicitado pelas PARTES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos sobre a CONTA APORTE e a CONTA CENTRALIZADORA.
- 9.9 Não é admitida a utilização dos recursos depositados na CONTA APORTE e na CONTA CENTRALIZADORA para fins diversos dos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO.
- 9.10 Para os fins dispostos neste ANEXO, as menções às contas a serem livremente movimentadas deverão ser entendidas como uma ou mais contas correntes indicadas, conforme o caso, pelas PARTES, pelos FINANCIADORES, ou por seus representantes, que tenham a prerrogativa de exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos instrumentos aplicáveis, como o CONTRATO, contratos de financiamento e/ou conforme o ACORDO TRIPARTITE, se celebrado.
- 9.11 As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA APORTE e na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados nas seguintes alternativas de investimentos ("INVESTIMENTOS PERMITIDOS"):

- (i) Títulos públicos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO;
- (ii) Títulos privados pós-fixados emitidos por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no

CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO; e

- (iii) Cotas de fundo de investimento administrados por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA APORTE e da CONTA CENTRALIZADORA, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (i) e (ii) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.

9.11.1 Todas as aplicações referidas no item [9.11](#) acima deverão ser realizadas com recursos da CONTA APORTE e da CONTA CENTRALIZADORA, e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.

9.11.2 Todo rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA APORTE e na CONTA CENTRALIZADORA, inclusive de RECEITAS ACESSÓRIAS, será acrescido ao saldo da respectiva conta, para todos os fins deste ANEXO.

9.11.3 A CONCESSIONÁRIA é responsável por conferir o adequado tratamento tributário aos rendimentos provenientes da CONCESSÃO, à luz da legislação aplicável, observadas as premissas estabelecidas no CONTRATO.

9.12 As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA APORTE e na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados segundo decisão da CONCESSIONÁRIA, desde que em INVESTIMENTOS PERMITIDOS e em conformidade com as demais disposições do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA.

Recursos a serem depositados na CONTA CENTRALIZADORA

9.13 A CONTA CENTRALIZADORA receberá os seguintes recursos, observado o quanto previsto no ANEXO X:

- (i) O valor de titularidade do PODER CONCEDENTE a ser recebido em razão do compartilhamento de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (ii) O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA faz jus, nos termos do regulamento da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO BU, sendo certo que serão observadas as preferências de recebimento já reconhecidas pelo PODER CONCEDENTE em favor das concessionárias privadas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, bem como de outras concessionárias privadas de referido sistema que vierem a fazer parte do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e tiverem contratos celebrados com o PODER CONCEDENTE em data anterior à DATA DE ASSINATURA;

- (iii) O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA faz jus, advindo da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DA ABASP ou mecanismo similar estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, sendo certo que serão observadas as preferências de recebimento já por ele reconhecidas em favor das concessionárias privadas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, bem como de outras concessionárias privadas de referido sistema que vierem a fazer parte ou obtiverem valores advindos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP, e tiverem contratos celebrados com o PODER CONCEDENTE em data anterior à DATA DE ASSINATURA;
- (iv) Depósitos provenientes do Tesouro do Estado de São Paulo para adimplemento das obrigações de pagamento do PODER CONCEDENTE;
- (v) Eventuais valores oriundos de outros sistemas de arrecadação e/ou câmaras de compensação, na forma e nos limites que vierem a ser definidos pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP.

9.14 Os valores referidos no item [9.13](#), inciso [ii](#) e inciso [iii](#), serão depositados pelo SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO ou pelo SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP, conforme o caso, em todos os dias de expediente bancário, a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos de seus respectivos regulamentos.

9.14.1 O PODER CONCEDENTE e a ARTESP deverão empreender todas as medidas necessárias para operacionalizar a transferência de recursos de que trata o item [9.14](#) de maneira que não haja a necessidade de qualquer comando ou etapa adicionais àqueles que são aplicáveis às transferências para as concessionárias privadas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO.

9.15 Além dos valores referidos no item [9.13](#), inciso [ii](#) e inciso [iii](#) deste ANEXO, a aferição dos RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS também deverá considerar a GARANTIA MULTILATERAL e as GARANTIAS COMPLEMENTARES, caso constituídas, nos termos da Cláusula 50.1 do CONTRATO.

9.16 Os valores referidos no item [9.13](#) constituirão o saldo destinado para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e demais itens previstos no item [9.26](#), no montante a ser notificado pela ARTESP, nos termos do item [9.14](#) abaixo, devendo ser observado também o regramento das garantias prestadas pelo PODER CONCEDENTE conforme a Cláusula 50 do CONTRATO.

Pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e excussão de garantia pela CONCESSIONÁRIA

9.17 Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar notificação à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo descritivo e memória de cálculo do valor que entende fazer jus a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA referente ao mês anterior, a ser calculada

nos termos deste ANEXO e considerando a CERTIFICAÇÃO da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.

- 9.17.1 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá avaliar a notificação enviada pela CONCESSIONÁRIA, verificando os cálculos realizados e a aderência à realidade fática dos argumentos apresentados na notificação, e enviar, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, seu parecer confirmando o valor indicado pela CONCESSIONÁRIA ou indicando qual valor seria o correto, com a devida fundamentação.
- 9.17.2 Em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do parecer do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a ARTESP deverá avaliar a notificação entregue pela CONCESSIONÁRIA e o respectivo parecer e manifestar sua decisão preliminar, concedendo 5 (cinco) dias úteis para eventual manifestação da CONCESSIONÁRIA.
- 9.17.3 Em até 3 (três) dias da manifestação da CONCESSIONÁRIA ou do decurso do prazo do item [9.17.2](#), a ARTESP deverá emitir, como decisão final, a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO com o valor definitivo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, e encaminhá-la ao BANCO DEPOSITÁRIO, descrevendo o montante de recursos a ser transferido da CONTA CENTRALIZADORA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA relativa ao mês anterior.
- 9.18 Caso a ARTESP não se manifeste no prazo previsto no item [9.17.3](#), a CONCESSIONÁRIA poderá emitir NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO e encaminhá-la diretamente ao BANCO DEPOSITÁRIO, devendo nela constar o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA descrito no relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 9.18.1 Caso a transferência seja realizada por meio de NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO emitida pela CONCESSIONÁRIA nos termos do item [9.18](#), a ARTESP terá a prerrogativa de ajustar o valor que entenda indevido nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes.
- 9.19 Em qualquer dos casos, recebida a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis.
- 9.20 Eventuais divergências entre as PARTES acerca do valor da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, inclusive quanto aos ajustes realizados pela ARTESP poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsia previstos no CONTRATO.
- 9.21 O BANCO DEPOSITÁRIO deverá notificar a ARTESP, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida no mês, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.

- 9.21.1 Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, a ARTESP notificará o PODER CONCEDENTE para proceder com o depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, na CONTA CENTRALIZADORA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.
- 9.22 No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a CONCESSIONÁRIA poderá notificar (i) a INSTITUIÇÃO GARANTIDORA para excussão parcial ou integral da garantia prevista na Cláusula 50.4 do CONTRATO, caso constituída; ou (ii) o AGENTE FIDUCIÁRIO para excussão parcial ou integral das demais GARANTIAS COMPLEMENTARES, caso constituídas, conforme Cláusula 50.10 do CONTRATO.
- 9.22.1 Para excussão das garantias em questão, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou para o AGENTE FIDUCIÁRIO a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO que restou inadimplida devido à insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA, bem como as comunicações entre o BANCO DEPOSITÁRIO e a ARTESP e o PODER CONCEDENTE que comprovem referida insuficiência e ausência de depósito de recursos complementares no prazo descrito no item [9.21.1](#).
- 9.22.2 O valor a ser executado será equivalente ao expresso na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, descontado o valor que eventualmente tenha sido pago à CONCESSIONÁRIA, acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto no item [9.19](#) para recebimento dos recursos pela CONCESSIONÁRIA, até um dia antes da data de sua efetiva transferência à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA pela INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso.
- 9.22.3 A INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou o AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso, deverá realizar a transferência dos valores descritos no item [9.22.2](#) à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento dos documentos descritos no item [9.22.1](#).

Pagamento do APORTE e excussão de garantia pela CONCESSIONÁRIA

- 9.23 O APORTE será pago com recursos do Tesouro do Estado de São Paulo ou de financiamento contratado pelo PODER CONCEDENTE, os quais serão direcionados para a CONTA APORTE, que terá como único objetivo o recebimento dos valores para pagamento do APORTE.
- 9.23.1 A CONTA APORTE será de titularidade do PODER CONCEDENTE e somente poderá ser movimentada para o pagamento do APORTE à CONCESSIONÁRIA, conforme procedimento abaixo.

- 9.24 A ARTESP deverá encaminhar NOTIFICAÇÃO DE APORTE ao BANCO DEPOSITÁRIO acerca do montante de recursos a serem transferidos da CONTA APORTE para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da respectiva parcela do APORTE, nos termos dos itens [8.3.1](#) ou [8.3.3.1](#), conforme aplicável.
- 9.24.1 Caso sejam superados os prazos previstos nos itens 8.3.3 e 8.3.3.1 sem que a ARTESP tenha emitido a NOTIFICAÇÃO DE APORTE, a CONCESSIONÁRIA poderá emitir referida notificação diretamente ao BANCO DEPOSITÁRIO, indicando os valores previstos na NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
- 9.24.2 Recebida a NOTIFICAÇÃO DE APORTE, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis, com os recursos disponíveis na CONTA APORTE.
- 9.24.3 Caso após a NOTIFICAÇÃO DE APORTE emitida pela CONCESSIONÁRIA haja constatação pela ARTESP de improcedência na atestação de CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, aplicar-se-á o indicado no item [8.3.5.1](#).
- 9.25 O BANCO DEPOSITÁRIO deverá, quando da movimentação prevista no item [9.24](#) acima, notificar a ARTESP, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA APORTE para o pagamento integral da respectiva parcela do APORTE, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.
- 9.25.1 Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, a ARTESP notificará o PODER CONCEDENTE para proceder o depósito de recursos complementares, se necessário, na CONTA APORTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.

Movimentações da CONTA CENTRALIZADORA

- 9.26 Por ocasião da notificação de que trata o item [9.17](#) acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá movimentar a CONTA CENTRALIZADORA, respeitando a seguinte ordem de prioridade:
- 9.26.1 O valor devido a título do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO será transferido à conta a ser indicada pela ARTESP, observado na Cláusula 38 do CONTRATO;
- 9.26.2 O valor devido a título de participação da CONCESSIONÁRIA nos custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP será transferido à conta a ser indicada pela ARTESP;

- 9.26.3 O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA apurado nos termos deste ANEXO, contabilizados os descontos previstos nos itens [9.26.1](#), [9.26.2](#) e [4.3](#) e adicionando-se os valores a serem adicionados nos termos do item 4.4 deste ANEXO e os valores a serem ressarcidos nos termos das Cláusulas 50.4.2.2 e 50.10.1 do CONTRATO, se o caso, será transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO;
- 9.26.4 Se o BANCO DEPOSITÁRIO tiver sido notificado pela ARTESP, deverá ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO eventual valor decorrente de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO.